



SUMÁRIO EXECUTIVO

ABRIL - 2021

## **REFÚGIO, MIGRAÇÃO E VULNERABILIDADE:** atuação do ACNUR e Aldeias Infantis SOS na integração de venezuelanos interiorizados na modalidade Institucional

© ACNUR /  
Allana Ferreira

O fluxo de pessoas refugiadas e migrantes provenientes da Venezuela intensificou-se em meados de 2017 e hoje tem um saldo de mais de 260 mil<sup>1</sup> pessoas no Brasil. Em fevereiro de 2018, o Governo Federal, em cooperação com agências da ONU e organizações da sociedade civil, a fim de assegurar melhores perspectivas de inserção socioeconômica à população venezuelana e aliviar o impacto no estado de Roraima, implementou a Estratégia de Interiorização – um dos pilares da Operação Acolhida - como mecanismo de resposta à crise humanitária venezuelana. A interiorização se fortaleceu como uma das principais estratégias de integração local, por meio da qual, de forma voluntária, gratuita e ordenada, as pessoas podem se deslocar do estado de Roraima e do Amazonas para outras Unidades de Federação com maior potencial de integração socioeconômica. A estratégia teve início em abril de 2018 e já realocou mais de 50 mil pessoas por meio de quatro modalidades: 1) Institucional; 2) Reunificação Familiar; 3) Reunião Social; 4) Vaga de Emprego Sinalizada<sup>2</sup>.

O presente estudo teve como objetivo mapear a integração local da população refugiada e migrante interiorizada na modalidade Institucional, por meio de projeto executado pela Aldeias Infantis SOS Brasil em parceria com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), e compreender a avaliação desta população sobre todas as etapas do processo de interiorização - desde antes da partida, durante a viagem e no destino final. A pesquisa também aponta para os impactos socioeconômicos da pandemia da COVID-19, uma vez que foi realizada durante o ano de 2020. O estudo é fundamental e serve para ACNUR e Aldeias Infantis reavaliarem as suas ações, estratégias, abordagens e desafios na área de meios de vida e soluções duradouras, além de fornecer subsídios para as demais organizações que também atuam com a modalidade Institucional na Estratégia de Interiorização, e instituições e parceiros que executam projetos de inserção socioeconômica, geração de renda e integração local da população venezuelana no país.

O estudo conclui que os serviços prestados em todas as etapas da estratégia de interiorização possuem alto grau de satisfação e a principal recomendação para potencializar a integração local dessa população é a criação de uma rede que fortaleça as trocas de informação e apoio no pós-acolhimento.

<sup>1</sup> Para maiores informações, favor acessar: [r4v.info/es/situations/platform](https://r4v.info/es/situations/platform)

<sup>2</sup> Na modalidade Institucional, os abrigos de destino se referem a moradias temporárias fornecidas tanto diretamente pelo governo federal, estadual, distrital ou municipal, como pela sociedade civil. A reunificação familiar é destinada às pessoas que possuem familiares fora dos estados de Roraima e devem comprovar o parentesco e a possibilidade financeira de acolher no destino final. A reunião social possui a mesma dinâmica, mas podendo o receptor ser um amigo ou alguém de confiança. Já a vaga de trabalho sinalizada permite a pessoa sair de Roraima por meio de um emprego garantido na cidade destino.

## INTERIORIZAÇÃO PELA MODALIDADE INSTITUCIONAL

A interiorização na modalidade Institucional implica a realocação voluntária da população venezuelana refugiada e migrante dos abrigos emergenciais de Boa Vista (RR) para centros de acolhida e integração em cidades com maior potencial socioeconômico. No total, a modalidade institucional já interiorizou 11.2 mil pessoas.

Dentro dessa modalidade de interiorização, ACNUR e Aldeias Infantis cooperam desde julho de 2018 numa parceria que teve início com a oferta de 500 vagas para o abrigamento temporário em unidades residenciais de Aldeias Infantis para pessoas refugiadas e migrantes com um perfil de alta vulnerabilidade. A estratégia foi desenvolvida para dar a acolhida e proteção necessária para pessoas que necessitavam de uma rede de segurança social para lidar não só com os impactos do deslocamento forçado como também com doenças crônicas, violência de gênero, e dinâmicas de famílias monoparentais, entre outras vulnerabilidades.

O projeto já acolheu refugiados e migrantes venezuelanos em 09 municípios e Estados: Igarassú (PE), João Pessoa (PB) e Caicó (RN), na região Nordeste, em São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), na região Sudeste, em Porto Alegre (RS) e Goioerê (PR), na região Sul, e em Brasília (DF) na região Centro Oeste. Em 2020, foi adicionado outro na região Sudeste, em Juiz de Fora (MG). Desde 2018, mais de 2.200 venezuelanos foram acolhidos nesses 09 centros de acolhida e integração. Deste total, praticamente 50% foram crianças e adolescentes e totalizavam aproximadamente 620 famílias. As famílias devem permanecer em média até 03 meses nos centros de acolhida e integração e, em alguns casos em circunstâncias excepcionais de vulnerabilidade, elas podem permanecer mais de 03 meses a partir de uma análise feita caso a caso. Desde o início da pandemia da COVID-19, em função de seus impactos sociais e econômicos e redução de possibilidades de emprego e renda, houve um aumento no tempo de permanência das pessoas beneficiadas.

Uma vez nos centros de acolhida e integração, as famílias são orientadas e encaminhadas ao cadastramento na rede de serviços e apoio local disponíveis, como os sistemas da assistência social e saúde, bem como para a busca ativa de vagas nas escolas e creches. Oportuniza-se o conhecimento dos equipamentos comunitários e são oferecidos cursos de português, formação profissional e empreendedorismo. São também identificadas as formações e habilidades profissionais para encaminhamentos a cursos profissionalizantes, há orientação e apoio na compreensão da legislação trabalhista, na busca de vagas, elaboração de currículos e preparação para entrevistas. ACNUR e parceiros também realizam a sensibilização e orientação às empresas que realizam a contratação.

São ainda realizadas ações de ampliação no acesso à proteção e assistência jurídica, assim como o manejo de um sistema de gerenciamento de casos que prioriza situações de proteção e com riscos elevados, de forma a fornecer assistência personalizada aos mais vulneráveis, incluindo pessoas com deficiência e doenças crônicas, idosos, crianças e adolescentes, pessoas LGBTQI+ e pessoas vítimas de violência sexual e de gênero. Os perfis de alta vulnerabilidade, que enfrentam problemas de saúde e famílias monoparentais também contribuem para aumentar a média de permanência dos grupos nos centros de acolhida, o que corrobora com a metodologia do enfoque integral trabalhada pela Aldeias Infantis, pela qual cada família possui um Plano de Desenvolvimento Familiar e só é desligada quando são atendidas suas necessidades básicas e autossuficiência.

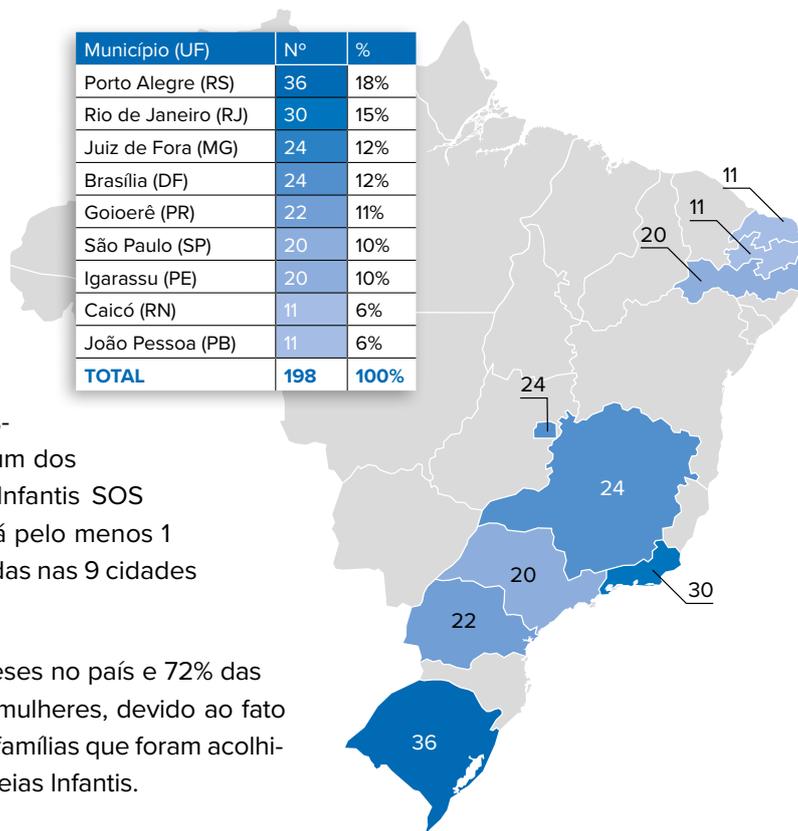


## METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo foi a entrevista de 198 pessoas venezuelanas durante o mês de dezembro de 2020. A amostra é não probabilística e a pesquisa foi executada por colaboradores da Aldeias Infantis por meio de preenchimento de formulário disponibilizado via online ou de entrevistas realizadas por telefone, devido ao isolamento social imposto pela situação de pandemia da COVID-19. Os critérios utilizados para a identificação de pessoas entrevistadas foi: 1) ter sido acolhido em um dos centros de acolhida e integração da Aldeias Infantis SOS Brasil e 2) ter sido integrado na comunidade há pelo menos 1 mês. A amostra contou com pessoas entrevistadas nas 9 cidades nas quais o programa já teve abrigo.

Em média, os entrevistados estavam há 29,3 meses no país e 72% das pessoas que responderam a pesquisa foram mulheres, devido ao fato de serem majoritariamente os pontos focais das famílias que foram acolhidas nos centros de acolhida e integração da Aldeias Infantis.

Município (UF)	Nº	%
Porto Alegre (RS)	36	18%
Rio de Janeiro (RJ)	30	15%
Juiz de Fora (MG)	24	12%
Brasília (DF)	24	12%
Goioerê (PR)	22	11%
São Paulo (SP)	20	10%
Igarassu (PE)	20	10%
Caicó (RN)	11	6%
João Pessoa (PB)	11	6%
<b>TOTAL</b>	<b>198</b>	<b>100%</b>



## INTEGRAÇÃO NAS CIDADES DESTINO

A pesquisa focou em uma série de perguntas para avaliar o acesso das pessoas entrevistadas à documentação, educação, saúde e infraestrutura do lar, como acesso a eletricidade, água e saneamento básico, além da relação com os vizinhos brasileiros nas cidades destino, casos de xenofobia e avaliação das etapas de interiorização.



### ACESSO À DOCUMENTAÇÃO

Quando indagados qual era o documento que portavam, 47% responderam que tinham o Protocolo de Solicitação de Refúgio e 32% o Protocolo de Residência. Foi apontado ainda que 16% já eram residentes permanentes e 2% como refugiados reconhecidos. Somente 3% não souberam ou não quiseram responder a esta questão. 79% responderam que os documentos que portam estão dentro da validade, 18% que seus documentos estavam vencidos e 3% não responderam. Este percentual de documentos que estão com a validade vencida deve-se a situação de pandemia em que os serviços para renovação foram interrompidos. O Departamento de Polícia Federal publicou Portaria prorrogando todos os prazos de validade de protocolo de pedido de refúgio e de documentos de identidade, como as CRNMs - Carteiras de Registro Nacional Migratório e DPRNMs -, os Documentos Provisórios de Registro Nacional Migratório e os protocolos de solicitação de refúgio até 16 de setembro de 2021, bem como determinou a suspensão de prazos migratórios. Tais documentos, mesmo com a data de validade vencida, continuam válidos.



### ACESSO À EDUCAÇÃO

Em relação à educação, o objetivo foi compreender o nível de educação das pessoas entrevistadas, se acessaram cursos de português e de qualificação profissional e se as crianças estão frequentando a escola. 8% dos respondentes têm curso superior, 45% ensino médio completo, 10% o ensino fundamental, 9% têm formação técnica e 2% declararam não terem estudado. Foi perguntado se fizeram ou fazem algum curso de treinamento e qualificação profissional, e 51% afirmaram que sim e 49% que não. Quanto a cursos de Português, 48% responderam que fizeram um curso de português por mais de 30 dias no Brasil e 52% não o fizeram. Quando perguntados se as crianças e adolescentes estavam matriculadas na escola com acesso à educação formal, 63% responderam que sim. Os 37% que responderam que não relataram que os principais motivos para seus filhos e filhas não frequentarem a escola eram: mudança de cidade, falta de creche, processo de matrícula em andamento e/ou, por conta da pandemia, ou não conseguira matrícula.

## ACESSO À SAÚDE

No que tange a saúde, foi questionado se algum membro da família utilizou os serviços no país. 95% responderam que sim, que utilizaram serviços de saúde desde a sua chegada ao país e 5% responderam que não utilizaram nenhum serviço de saúde. Dos que responderam sobre a utilização de serviços de saúde, quase a totalidade das famílias acessou serviços públicos, com 93% das pessoas entrevistadas, e somente 1% precisou de atendimentos na rede privada, outros 6% não responderam ao tipo de serviço de saúde utilizado.



© ACNUR / Luiz Fernando Godinho

## ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E SANEAMENTO NA MORADIA

Ao responderem perguntas sobre sua condição de moradia, em média, 4,4 pessoas residem em um imóvel com 3,2 cômodos, o que significa 1,4 pessoas por cômodo. E o aluguel gira em torno de R\$547,3 o que corresponde a 40,1% da renda média familiar declarada, que foi de R\$ 1.338,2. Um grande número de respondentes afirmou ter acesso a eletricidade, água e saneamento em suas residências, sendo 98% com acesso à energia elétrica, 99% com acesso a água potável e 97% com acesso ao saneamento básico.

## INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE

A pesquisa buscou também mapear como as pessoas venezuelanas avaliam o seu relacionamento com seus vizinhos brasileiros e 93% dos respondentes afirmaram ser boa (46%) ou muito boa (47%). Outros 5% apontaram que a relação é regular e somente 2% que era ruim (1%) ou muito ruim (1%). Outro ponto levantado é se tinham sofrido algum caso de discriminação ou xenofobia, e o levantamento apontou que 77% não sofreram nenhum caso, enquanto 23% apontaram que já terem sofrido casos de discriminação ou xenofobia. E quando perguntados se retornariam ao seu país de origem, 78% dos respondentes afirmaram que não retornariam a Venezuela e 22% afirmaram que gostariam de retornar.

## IMPACTOS DA COVID-19

A pesquisa também buscou identificar como a pandemia afetou a situação socioeconômica das pessoas entrevistadas e as suas famílias. O estado de calamidade pública provocado pela COVID-19 dificultou a saída das pessoas dos abrigos que, somado ao perfil de alta vulnerabilidade das pessoas abrigadas, ampliou o tempo médio de acolhimento para 8,3 meses.

Na empregabilidade, para 46% dos respondentes, a pandemia não afetou sua família e foi possível manter a renda. Outros 29% responderam que a pandemia fez a família perder a renda de “diárias” para os serviços que prestavam, enquanto 19% perdeu o próprio trabalho formal, com carteira assinada.

## AVALIAÇÃO DA INTERIORIZAÇÃO E ACOLHIMENTO

A fim de avaliar as etapas e procedimentos da interiorização para que seja aprimorada, foi solicitado que avaliassem a qualidade dos serviços e informações prestados durante todo o processo de interiorização, que são:



<sup>3</sup> Processo de checagem médica e documental obrigatório dos beneficiários antes da viagem.



